

REFORMA DO ESTADO NO CONTEXTO DA TRAJETÓRIA POLÍTICA BRASILEIRA

João Paulo M. Peixoto

O Estado-nação é hoje grande demais para os pequenos problemas e pequeno demais para os grandes problemas.

Daniel Bell

A história do Brasil não é a história do liberalismo econômico ou político. Ao contrário, é a história do estatismo e da cultura estatal.

Diferentemente da Inglaterra e dos Estados Unidos, onde prevalece fortemente a noção do auto-governo e da predominância da sociedade civil em detrimento do Estado, no Brasil, apesar do nítido progresso na direção da economia de mercado, da liberdade e do fim do cartorialismo e centralismo estatais, o Estado ainda parece ser o todo-poderoso senhor do bem e do mal. O Estado, no Brasil, sempre foi guia da sociedade e não uma emanção da mesma.

Torna-se necessário conhecer aspectos relativos à dependência das instituições, dos agentes econômicos privados e até mesmo da sociedade, em relação ao Estado -

A atual crise do Estado brasileiro só começará a ser resolvida se atendidas algumas condições básicas: redução das atribuições do governo federal; amplo programa de privatização; vigorosa descentralização que favoreça as administrações municipais e reformas estruturais. Estas ações se revestem de fundamental importância, principalmente em países multiculturais e com territórios extensos, como é o caso do Brasil. A implementação de programas de ajuste estrutural da economia é condição *sine qua non* para o êxito da reforma do Estado.

centralizador e em muitos momentos autoritário -, o qual permeou durante décadas a vida política, econômica e administrativa do Brasil. Para entender as dificuldades no caminho das reformas estruturais, e no contexto da trajetória política brasileira esta deve ser analisada, especialmente, a partir de três vertentes: a cultural, a política e a econômica.

Tanto Vianna Moog, em "Bandeirantes e Pioneiros", como Raymundo Faoro, no seu clássico "Os Donos do Poder", identifica-

ram características peculiares no desenvolvimento brasileiro que indicam, desde os primeiros momentos, traços políticos e culturais que, de uma forma ou de outra, ainda fazem parte da cultura e das instituições políticas brasileiras, afetando seu desempenho e *vi-ciando* o processo decisório governamental.

Raízes políticas, culturais e econômicas

Ao contrário dos Estados Unidos, o Brasil foi estruturado de cima para baixo, uma vez que o Estado antecedeu à Nação.¹ Ensina Raymundo Faoro: "os navios que trouxeram os donatários e os colonos não trouxeram um povo que transmiga, mas funcionários que comandam e guerreiam, obreiros de uma empresa comercial, cuja cabeça ficou nas praias de Lisboa. As vilas se criavam antes da povoação, a organização administrativa precedeu ao fluxo das populações". Referindo-se ao Estados Unidos, lembra ainda Faoro que, "diferentemente com o ocorrido com o Brasil, a empresa anglo-saxônica não obedecia, por alheia ao Estado, a uma obra de guerra, tangida pela defesa interna e externa - era, só e simplesmente, um trabalho de colonização, de plantação. (...) Seu caráter se determina, por consequência, numa transmigração de

povoadores que bateram às praias e florestas americanas para ficar, com seus recursos, seus instrumentos agrícolas, seu gado, reproduzindo na terra distante, a cultura da mãe pátria. Daí a índole única, particular, significativa da migração inglesa na América. (...) Não os contaminou a presença vigilante, desconfiada e escrutinadora, do funcionário reinol: por sua conta guardaram as tradições próprias de *self-government* e de respeito às liberdades públicas, construíram as próprias instituições". (Raymundo Faoro, 1977).

O Brasil, já se disse, não teve a mesma chance: as instituições nacionais, em sua quase totalidade, inclusive as políticas e administrativas, procedem de instituições ibéricas, tendo sido transplantadas de Portugal. A administração cartorial e centralizadora, a exaltação do bacharelismo e a tolerância pelo autoritarismo marcaram de maneira perene a Nação, o Estado e o governo: ainda hoje, embora modernizado em vários setores, o Brasil apresenta resquícios destes *vícios*.

Outro elemento importante, cuja influência deve medida em qualquer estudo político sobre o Brasil é a Igreja Católica. Considerado o maior país católico do mundo, o Brasil sempre sofreu a

¹ Para uma abordagem mais completa do tema, veja Raymundo Faoro, Os donos do Poder, Editora Globo, 1976, e Vianna Moog, Bandeirantes e Pioneiros, Ed. Civilização Brasileira, 1983.

influência da Igreja na política: dos pregadores conservadores do século XVI ao surgimento das Comunidades Eclesiais de Base - inspiradas na Teologia da Libertação - com atuação política marcante no movimento social dos grandes centros urbanos, ela desempenhou, ao longo dos séculos, papel preponderante, tanto político quanto religioso, no amalgamento do Estado e do governo brasileiros, influenciando na construção do estilo autárquico *do Governo* experimentado por décadas neste país. Porque, embora não se deva deixar de reconhecer a importância da Igreja para o progresso social, é interessante lembrar Harold Laski, quando identifica profundas manifestações de tendência socialista - e portanto, centralizadoras e tendentes à estatização - na Igreja Católica Romana (Laski, 1945).

O Brasil surgiu como Estado derivado, ou seja, aquele formado do exterior por meio da colonização (Azambuja, 1941). Esta vinculação embrionária com Portugal deixaria marcas indeléveis na sua formação política, cultural e institucional, seguida de fato relevante na moldagem de nossas instituições, como foi a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil em 1808.

A evolução do governo brasileiro deu-se em três grandes fases:

A primeira se inicia logo após a Proclamação da República (1889), quando o país outorgou a sua primeira Constituição (1891), e vai até o final da década de 20. É o governo que rege um Brasil predominantemente rural e oligárquico.

A segunda, a do Brasil moderno, começa com a Revolução de 1930 liderada pelo presidente Getúlio Vargas e termina em 1964². Os anos Vargas (1930-1945), que incorporaram ao aparato governamental dos desejos de mudança e modernidade ideais da Revolução que o colocou no poder, adotaram a forma clássica de administração inspirada no modelo weberiano.

Dentre os primeiros quinze anos em que Vargas governou o Brasil, é oportuno ater-se, mais especificamente, ao período compreendido entre 1937-1945, conhecido como *Estado Novo*. Neste período ditatorial, em que foram abolidos os partidos políticos, fechado o Congresso, nomeados interventores nos estados e estabelecida rigorosa censura à imprensa, Vargas introduziu mudanças substanciais na administração pública, institucionalizando a centralização de poderes no governo federal, confundindo o Estado com a figura do presidente e tornando-os onipresentes na cena brasileira: durante o *Estado Novo*, Vargas praticamente aboliu a Federação ao governar o Brasil como

² Para efeito deste estudo, englobamos num só período a fase Getulista (1930-1945) e a Redemocratizante (1946-1964).

se fosse um *Estado unitário* e não *federal*. No mesmo período, no entanto, foram introduzidas reformas substanciais no aparato administrativo brasileiro. Peça fundamental ao referido processo foi a criação do DASP - Departamento de Administração do Serviço Público - em 1938. Esta agência, cujas atribuições de controle e fiscalização sobre o aparato governamental simbolizam exemplarmente a tendência para a centralização de poderes praticada pelo regime então vigente, teve, por outro lado, importantes funções. Foi, por exemplo, a responsável pela primeira tentativa tanto de promover uma reforma planejada no âmbito governamental quanto de generalizar o sistema de mérito no setor público.

Destaque-se como conseqüências importantes da administração Vargas o estabelecimento de um novo padrão de governo, caracterizado pela centralização de poderes pelo governo federal nas esferas política, econômica e administrativa; a expansão do aparato governamental e o conseqüente crescimento da burocracia federal devido à criação de diversos ministérios (Ministério do Trabalho, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério da Educação e Saúde) e outros órgãos; a ênfase na estatização e no intervencionismo estatal na economia. Em poucas palavras: foi institucionalizado então, no Brasil, o que podemos denominar de *Estado autárquico*, caracterizado pelo centralismo político, econômi-

co e administrativo e pelo **cartolismo burocrático**. Isso em detrimento do *Estado Liberal*, cuja ideologia, vista no período pré 1930, veio a ressurgir fortemente no Brasil a partir dos anos 90, em conseqüência das extraordinárias mudanças ocorridas no cenário político-econômico mundial a partir de 1989, com a queda do Muro de Berlim, a extinção da União Soviética e o colapso do comunismo no plano internacional, bem como a falência do *Estado empresário* no âmbito nacional.

Importante lembrar que no chamado Brasil Moderno (a partir de 1930) convivem três correntes ideológicas: os **nacionalistas desenvolvimentistas** - representados pelos militares de centro e pelos adeptos da ideologia do desenvolvimento apoiado no Estado forte -, cujos exemplos são o Getulismo, o desenvolvimento de JK nos anos 50 e os governos militares a partir de 1964, embora com variações entre eles; os **liberais** representados principalmente por Eugênio Goudin, Roberto Campos e outros adeptos do liberalismo econômico; e, finalmente, os **nacionalistas radicais** representados pelas esquerdas associadas a militares radicais que defendiam a estatização e o socialismo como regime de governo para o Brasil. Neste embate, **liberais e nacionalistas radicais** têm sido os grandes perdedores, tanto na política quanto na economia brasileira. Na política, pela simpatia atávica da sociedade brasileira pelo Estado e,

na economia, em parte pela incapacidade de promover, autonomamente, o desenvolvimento. Neste quadro, os **nacionalistas desenvolvimentistas** têm sido os ganhadores por sua capacidade de aglutinar as forças do Estado e as da iniciativa privada na promoção do desenvolvimento econômico, sustentado pelo primeiro.

O período seguinte ao de Vargas caracterizou-se, do ponto de vista político, pela redemocratização - como consequência da vitória dos aliados na Guerra Mundial -, e, do ponto de vista econômico, pelo ímpeto desenvolvimentista dos anos JK (1955-60), embora a um custo inflacionário e de endividamento externo bastante elevado.

O terceiro período se inicia com o regime de 1964 e se prolonga até o seu final, em 1985. Durante estes 21 anos, sucessivos presidentes militares governaram o Brasil, movidos basicamente pelo binômio **segurança e desenvolvimento**. A modernização, o desenvolvimento e a estabilidade econômica e política foram traços marcantes do regime, embora com um inevitável custo político e social.

Planejamento: em busca da continuidade

A institucionalização da **função planejamento** alterou o papel do Estado na economia, provocando um crescimento considerável do setor público.

Até 1930 o governo brasileiro fez poucas tentativas de planejar o desenvolvimento econômico do país: as análises de forma sistemática e avaliações da estrutura econômica brasileira com o objetivo de direcionar o desenvolvimento do país se tornaram mais frequentes nos anos 30 e 40. Um dos primeiros a aparecer foi o "Niemeyer Report", publicado em 1931. A próxima tentativa de avaliar a economia brasileira, recomendando mudanças na sua estrutura e estratégias para atingir os objetivos propostos, foi a Missão Cooke (1942/43), cujo resultado foi apenas o de tornar mais claros alguns problemas econômicos, embora causando pouca influência na implementação imediata de novas políticas econômicas. Outro exemplo foi o Plano SALTE, elaborado no governo Dutra para o quinquênio 1950-54. Este plano teve como característica o fato de ter sido submetido, discutido e aprovado pelo Congresso Nacional. Sua execução, no entanto, foi adiada para o próximo governo em virtude da morosidade natural do processo legislativo. Nova tentativa foi a da comissão mista Brasil-EUA (1951/53) para o desenvolvimento econômico (Werner Baer, 1989). Embora tenha apresentado resultados parciais - como criação do BNDE (1952) -, suas recomendações também não foram totalmente implementadas. Já no período 1957-61, basicamente no governo JK, foi elaborado o Programa de Metas, responsável pela expansão econômica verificada na época.

Este foi o único programa integralmente executado no Brasil, até àquela data, certamente favorecido pela estabilidade política, característica marcante do período mencionado. Mesmo assim o governo subsequente - Jânio Quadros, 1960-61 - extinguiu o referido programa. Outra experiência de planejamento foi o Plano Trienal - 1963-65, durante o governo João Goulart, novamente interrompido em razão da nova ordem política implementada pela ascensão dos militares ao poder em 31 de março de 1964.

Os primeiros planos federais brasileiros seguiram um modelo comum quanto ao esquema de sua implantação: tendo sido concebidos pela assessoria da Presidência da República, foram instituídos sem a criação prévia de órgãos específicos que os implantassem, e elaborados em moldes de gabinete (Jorge Gustavo da Costa, 1971). A idéia central contemplada por meio desse modelo é que o planejamento seja praticado como processo contínuo por todos os órgãos que, direta ou indiretamente, integram a administração pública.

Esta fórmula permaneceu em vigor, embora com altos e baixos, até o final da década de 80, vivendo período bastante difícil durante os primeiros anos do governo Collor (1990-92). Quando a Secretaria de Planejamento da Presidência da República foi extinta e substituída por uma Secretaria de Planeja-

mento vinculada ao Ministério da Economia e desprovida, portanto, de *status* ministerial, tal situação era diametralmente oposta aos *anos dourados* do planejamento durante as décadas de 60 e 70, particularmente durante o regime de 1964. Quer seja por razões de ordem ideológica ou estratégica, prestigiou tanto política quanto tecnicamente a *função planejamento*.

Percebe-se, portanto, que a descontinuidade programática aliada à instabilidade política, características marcantes da história brasileira, somadas à não persistência na busca de objetivos a longo prazo, configuram-se, no nível macro de análise político-institucional no Brasil, como fatores inibidores do fortalecimento das instituições públicas, bem como do desempenho dos seus agentes.

Operacionalmente, ressalte-se as constantes mudanças estruturais nos planos de carreira, a multiplicidade dos regimes jurídicos dos servidores públicos, diferentes salários com prejuízo freqüente justamente para aqueles que integram a administração direta, desestímulo ao progresso funcional, remuneração inadequada e, finalmente, uma condicionante de cultura organizacional no setor público indutora de atitudes e comportamentos passivos, principalmente em nível burocrático, embora tal ambiente abrigasse, também, verdadeiros nichos de excelência ainda existentes no setor público.

Algumas destas distorções foram parcialmente corrigidas ao longo do tempo, sem contudo resolver estruturalmente, e de forma duradoura, questões cruciais afetas ao setor.

A partir do referencial histórico descrito até aqui, pode-se chegar a algumas constatações:

A primeira, é relativa à condição de vítima que as instituições públicas foram submetidas em consequência da instabilidade política e econômica. A segunda é a constatação de que a história da América Latina e do Brasil é a história do Estado forte, interventor e não do Estado liberal. A terceira observação na análise da atual crise do setor público é aquela determinada pela instabilidade econômica originada, entre outras razões, pela sucessiva implementação de diversos planos heterodoxos que provocaram enorme desorganização na vida econômica e institucional do país, com sérios reflexos quanto a credibilidade da

sociedade no governo e nas instituições públicas.³ O quarto ponto é relativo à mudança do eixo de poder político verificado no Brasil pós-1985, particularmente a partir da Constituição de 1988, que alterou o poder em favor do legislativo, quanto a questões cruciais no campo das políticas públicas, introduzindo alguns mecanismos inibidores do desenvolvimento econômico e à expansão da economia de mercado. Outra consequência foi quanto ao papel da União, na medida em que o texto constitucional transferiu recursos do Governo Federal para os estados e municípios sem a compatível descentralização das atribuições.

Ressalte-se ainda que a Constituição de 1988, transcorridos apenas um ano de vigência, passou para a contramão da história, notadamente no que diz respeito à ordem econômica, em razão das surpreendentes e inesperadas mudanças ocorridas no cenário internacional a partir de 1989.⁴

³ Levantamento realizado pelo professor Ricardo Henrique, da Universidade Federal Fluminense, constata que Brasília interferiu cerca de 5.000 vezes na economia desde 1981. A saber: 5 congelamentos de preços e salários; 11 índices de inflação diferentes; 11 programas de estabilização; 15 políticas salariais; 18 políticas cambiais; 24 propostas para a negociação da dívida externa; 25 determinações para cortes de gastos; 54 controles de preços; 4.692 normas do Banco Central (de 1985 a 1992). Fonte: Revista Veja, 28 de abril de 1993.

⁴ O Brasil, grande estrela latino-americano dos anos 70, hoje encontra-se em nítida desvantagem em relação a alguns de seus vizinhos do continente. Seus indicadores sociais não refletem, de modo algum, o porte de sua economia. O crescimento econômico é inexpressivo se comparado aos 11% anuais obtidos na década de 70, ou mesmo quando confrontado com o crescimento de 9% da Argentina, por exemplo, verificado no ano passado. (BID Relatório Anual, 1992). A CEPAL (Relatório para 1992), por vez, indica que o produto interno bruto de toda América Latina, exceto o Brasil, aumentou 4,3% no ano passado. Se incluído o Brasil, a taxa cai para 2,4%. Fonte: Revista Veja, 19 de maio de 1993.

As mudanças na conjuntura internacional e as transformações políticas ocorridas no Brasil e em vários países latino-americanos, direcionando-os, em geral, ao neo-liberalismo econômico, reforçaram as discussões relativas ao papel do Estado; privatização; combate à inflação; reformas tributária, fiscal e outros temas importantes para a atuação das instituições públicas e seus agentes.

No caso do Brasil, a revisão constitucional prevista para 1993 (a partir de 6 outubro), seria o momento decisivo para a inserção do país nesta nova conjuntura. A não-revisão frustrou as expectativas de mudança do aparato legal, institucional e econômico postergando, mais uma vez, a inserção adequada do Brasil no contexto internacional que, nitidamente, tinge-se de cores liberalizantes, com claras opções de *mais sociedade e menos governo*.

Considerações finais

A década de 80 simbolizou, para a maioria dos países latino-americanos, a transição para a democracia. A década de 90, ao que tudo indica, será a da reforma do Estado, da consolidação da democracia e de uma nova ordem sinalizando para o liberalismo econômico e o consequente fortalecimento da economia de mercado.

A propósito, a Organização das Nações Unidas anuncia que menos de 10% das pessoas participam das instituições que moldam suas vidas e propõe cinco medidas para reconstruir as sociedades. Dos cinco pilares propostos, destacamos dois que dizem respeito mais diretamente aos responsáveis pelas ações governamentais:

a) **Desenvolvimento de novos padrões de administração global e nacional, com maior descentralização, dando mais autoridade aos governos locais.** E os governos ainda restringem o poder a elite centralizadora: países em desenvolvimento distribuem apenas 10% ou menos de sua arrecadação às autoridades locais, enquanto muitos países industrializados destinam apenas 25%. A menos que a distribuição aumente a tempo, "o crescimento irresistível das aspirações populares vai se chocar inevitavelmente com sistemas inflexíveis, levando à anarquia e ao caos", adverte o documento;

b) **Reorientação dos mercados para que sirvam às pessoas, e não as pessoas aos mercados.** De 1980 a 1991, quase sete mil empresas estatais foram privatizadas no mundo inteiro. Como houve erros no processo, "há necessidade de se criar mercados acessíveis às pessoas, fundamentalmente agora que tantos países adotaram estratégias de

liberalização da economia", observa o relatório.⁵

A atual crise do Estado no Brasil somente começará a ser resolvida se atendidas algumas condições básicas: redução das atribuições do Governo Federal; amplo programa de privatização; vigorosa descentralização que favoreça as administrações municipais e reformas estruturais. Estas ações revestem de fundamental importância, principalmente em países multiculturais e territorialmente extensos, como é o caso do Brasil.

A implementação de programas de ajuste estrutural da economia é condição *sine quae non* para o êxito da reforma do Estado. No Brasil, o primeiro passo já foi dado, com a implementação do Plano de Estabilização Econômica do Governo Itamar. Resta a expectativa de que a estabilidade política, absolutamente necessária para que o Brasil reencontre o caminho do desenvolvimento - amparado pela estabilidade econômica e convergindo para o bem-estar da sociedade, passando pela imprescindível tarefa da redistribuição de renda -, se torne realidade a curto prazo.

Para que as reformas aconteçam, a atual constituição precisa ser substancialmente modificada, pois na opinião da maioria dos observadores, a Constituição de 1988 torna-se demasiado arcaica para um país que se pretendia moderno.

Fora elaborada como uma reação à antiga ordem autoritária, mas se ressentia de haver sido elaborada quando acontecimentos centrais para a evolução do mundo contemporâneo, como a queda dos regimes do chamado "socialismo real", ainda não tinham ocorrido. Enquanto em termos políticos era antítese do autoritarismo, em termos de agenda econômica a Constituição havia revelado intervencionista, e mesmo estatizante (Peixoto & Pojo, 1994).

O Brasil, que já não havia prestado a devida atenção ao ressurgimento do liberalismo econômico pelas mãos de Margareth Thatcher em 1979, e de Ronald Reagan em 1982, permitiu que a Constituição de 1988 limitasse obsessivamente o investimento de capital estrangeiro - por preconceito ideológico - no momento em que a maior parte dos países em desenvolvimento, inclusive os do antigo bloco soviético, agia agressivamente para abrir suas economias e atrair investimentos internacionais. O fracasso da revisão constitucional prevista para 1993, no entanto, frustrou a primeira chance de mudança.

O novo cenário político que se desenha para 1995 reacende as esperanças de reformas estruturais necessárias e inadiáveis, pois vários sinais vitais prenunciam-se favoráveis.

⁵ Relatório sobre Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 1993. Fonte: Jornal do Brasil, 18 de maio de 1993.

Dentre as mudanças necessárias destacam-se aquelas que permitiriam a liberalização da economia, as quais podem resumir-se a seis pontos paradigmáticos, todos eles ligados às questões relativas à ordem econômica a saber:

Monopólios estatais das telecomunicações e do petróleo, a definição de empresa brasileira, a participação das empresas estrangeiras no setor mineral, a participação do capital estrangeiro no setor de saúde e a limitação da taxa de juros a 12%.

Ao lado desses pontos surge inevitavelmente a necessidade das reformas tributária, previdenciária e administrativa, sem o que faltará ao governo da União condições de governabilidade.

As dificuldades no caminho da mudança são muitas e vão desde obstáculos de natureza cultural, ideológica e política, até ao que Roberto Campos denominou de "a cultura dos três C" - cartorialismo, clientelismo e corporativismo". Alerta ainda o ex-ministro para o perigo de que perca (o presidente eleito) exagerado tempo na busca de fugidio consenso quando na realidade é necessária, como dizia Thatcher, uma "política de convicção" (Campos, 1994).

O ciclo político vigente desde 1964, ao que tudo indica, finalmente esvaiu-se com a eleição de Fernando Henrique Cardoso

(Chacon, 1994). O Estado empresário recebeu um golpe mortal com a política neo-liberal do Governo Collor que iniciou - favorecido pela conjuntura internacional - o desmonte do Estado autárquico inaugurado pela Era Vargas. Resta saber se a mudança cultural necessária para a consolidação do novo regime econômico e político está se passando no seio da sociedade, e em que medida a *onda* neoliberal que assola a América Latina e o Brasil é uma realidade duradoura e legítima ou mais uma *imitação* do mundo industrializado.

As mesmas forças políticas que se opuseram à revisão constitucional deverão se opor às reformas, pois tanto os partidos de esquerda, como os sindicatos e algumas organizações da sociedade civil, continuam vivas e participando ativamente do processo político e até algumas delas fortalecidas pelos resultados das urnas.

O desenvolvimento econômico alavancado pelo setor estatal haverá de ser substituído pela maior participação da iniciativa privada neste processo, liberando o Estado para atuar nas suas funções básicas e onde ele é insubstituível (educação, saúde, segurança e relações externas, por exemplo).

Diferentemente do que ocorreu no Chile, não caberá ao Brasil beneficiar-se da ditadura política para promover a abertura econômica. O caminho percorrido pelo

Brasil foi o inverso - primeiro a abertura política (1975) e depois a abertura econômica. Mas como são tantas as diferenças políticas e econômicas entre os dois países, não se pode afirmar que a via brasileira para a liberalização da economia não será, também, exitosa.

desenvolvimento social. É hora de novos atores entrarem em cena, para que o Estado demonstre que pode forjar cidadãos com o mesmo empenho que demonstrou ter sido capaz de, por exemplo, forjar aço. Este novo paradigma deverá conduzir o país à plenitude do desenvolvimento.

Outro dado importante para reflexão é trazido por Jorge Castañeda em seu artigo "O paradoxo latino", ao analisar o recente livro "O Peixe na Água" de Vargas Llosa. Afirma o sociólogo e economista mexicano que democracia e livre mercado são incompatíveis na América Latina hoje, citando o exemplo peruano em que "as condições que possibilitam o mercado são o próprio oposto da democracia".

O argumento que se discute neste artigo é permeado por este problema, ou seja, é preciso saber se o Brasil e a América Latina conseguirão romper com seu passado estatizante e ingressar no admirável mundo novo da democracia, da liberdade de mercado e da prosperidade geral de maneira definitiva.

Finalmente, convém lembrar, no entanto, que a Reforma do Estado hoje no Brasil transcende ideologias e apresenta-se essencialmente como uma questão pragmática, diretamente vinculada à falência do modelo estatal, que foi competente para alavancar o desenvolvimento econômico, mas que mostrou-se incapaz de promover o

Bibliografia

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**, vol. 1, Ed. Globo, Porto Alegre, 1977.

PRADO, Caio Jr. **Evolução Política do Brasil - Colônia e Império**, Ed. Brasiliense, 1988.

LASKI, Harold. **Fe, Razon y Civilizacion**, Ed. Abril, Buenos Aires, 1945.

BAER, Werner. **The Brazilian Economy - Growth and Development**, Praeger, New York, 1989.

COSTA, Jorge Gustavo. **Planejamento Governamental**, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1971.

KRADER, Lawrence. **A Formação do Estado**, Zahar, Rio de Janeiro, 1970.

AZAMBUJA, Darcy. **Teoria Geral do Estado**, Ed. Globo, Porto Alegre, 1941.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. **História Administrativa e Econômica do Brasil MEC/FENAME**, Rio de Janeiro, 1976.

GHOSE, Akshaya K. **Principles of Civil Government**, Taraporevala Sons & Co., Bombay, 1932.

TUBAKI, Edson. **Relatório de Tratamento de Problema, Processo de Elaboração, Execução e Acompanhamento Orçamentário da União**, Monografia apresentada à ENAP, 1989.

PEIXOTO, João Paulo e Rego, Antônio Carlos. **Glasnost without Perestroika: Resistance to Economic Liberalization in Revising the Brazilian Constitution**, paper apresentado na inadiáveis Conferência Anual da BRASA - Brazilian Studies Association Atlanta, Ga., 1994.

CAMPOS, Roberto. **Palavras Contaminadas...**, artigo publicado pela Folha de São Paulo, nov. de 1994.

CHACON, Vamirch. **Enfim 1964 acabou**, artigo publicado pela Folha de São Paulo, out. de 1994.

CESTAÑEDE, Jorge. **O Paradoxo Latino**, artigo publicado pela Folha de São Paulo, nov. de 1994.

Resumen**REFORMA DEL ESTADO EN EL
CONTEXTO DE LA TRAYECTORIA
POLÍTICA BRASILEÑA**

La actual crisis del Estado en Brasil sólo comenzará a ser resuelta si son atendidas algunas condiciones básicas: reducción de las atribuciones del Gobierno Federal; amplio programa de privatización; vigorosa descentralización que favorezca las administraciones municipales y reformas estructurales. Estas acciones se revisten de fundamental importancia, principalmente en países multiculturales y con territorios extensos como es el caso de Brasil. La implementación de programas de ajuste estructural de la economía es condición sine qua non para el éxito de la reforma del Estado.

Federal Government; a wide scale privatization program; vigorous decentralization which will favor the local administrations and structural reforms. Those actions are of fundamental importance, especially in multi-cultural countries with large territory, as in the case of Brazil. Implementation of programs for structural adjustments in the sine que non condition for success of the State reform.

Abstract**REFORM OF THE STATE IN THE
CONTEXT OF THE BRAZILIAN
POLITICAL TRAJECTORY**

The current crisis in the Brazilian State will only begin or be solved if a few basic conditions are met: reduction of the attributes of the

João Paulo M. Peixoto é professor do mestrado em Administração Pública e Governo da Universidade de Brasília.